



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## **NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E MASCULINIDADES EM TERESINA. (1900-1940)**

Bárbara Silva Nunes\*

Pedro Vilarinho Castelo Branco\*\*

1

Entre os anos de 1900 a 1940, despontou em Teresina um forte processo de modificações nas relações de gênero, em virtude de um ideal civilizatório. No que se referem aos homens, os códigos de masculinidades vinculados ao mundo tradicional foram sendo depreciados e em seu lugar passaram a valorizar perfis masculinos que estivessem em sintonia com os ideários burgueses. Entrava em declínio o modelo de homem patriarcal, agressivo, selvagem e assumia seu posto o padrão de masculinidade pautado na vida urbana e moderna. Embora os novos perfis de homens comungassem com muitos ideários das masculinidades tradicionais, agora eles são detentores de hábitos civilizados, em divergências dos costumes antes vistos como modelos: são urbanos, ordeiros, civilizados e racionais.

---

\* Mestranda em História do Brasil na UFPI; Bolsista CAPES e membro do grupo de pesquisa “História, Cultura e Gênero”, coordenado pelos professores Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco e Dra. Elizângela Barbosa Cardoso.

\*\* Doutor em História pela UFPE, professor titular da UFPI e tutor do Programa de Educação Tutorial – PET.

A construção do homem moderno teresinense foi sendo edificada na medida em que ele passava a se apropriar e subjetivar os códigos de civilidade em voga na época que permeavam principalmente as questões como educação, paternidade, e trabalho. Tendo em vista isso, focamos nas narrativas autobiográficas elementos que dessem conta dessas novas funções ligadas ao universo masculino moderno: homem trabalhador, provedor e mais ligado a cultura escrita. As obras analisadas foram *Narrativas autobiográficas*, escrita em 1977 por Antônio Bugyja Brito<sup>1</sup>; *As mamoranas estão florindo* publicada em 1985 de Raimundo de Moura Rêgo<sup>2</sup>; *Trechos do meu caminho: memórias à feição de autobiografia* de Leônidas de Castro Melo<sup>3</sup> publicada em 1976 e *Rua da Glória* escrita em 1993 por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>4</sup> e uma entrevista feita com Jesus Castelo Branco<sup>5</sup>.

## **EDUCAÇÃO, TRABALHO E PATERNIDADE NAS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS.**

A definição do novo tipo masculino passou a ser enaltecida, a partir da sua formação intelectual e cultural; nesse ponto a escola e a educação foram primordiais. A escola passou a ser vista como a instituição onde se era possível estabelecer uma relação mais estreita com o mundo da escrita e, portanto com a cultura científica, sendo forte aliciadora para o rompimento com o mundo tradicional, livrando os homens da estupidez e da ignorância e auxiliando-os no desenvolvimento físico, moral e intelectual. Um homem bem educado, refinado e com o curso de bacharel tornou-se símbolo de distinção social e de acesso na conquista de um bom emprego, já que a educação era pré-requisito na execução de alguma atividade prática.

---

<sup>1</sup> Antônio Bugyja Brito, nasceu em 1907 em Oeiras (PI) e morreu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Foi bacharel em Direito, co-fundador do jornal “O Lábaro” (1926) e foi membro da Academia Piauiense de Letras.

<sup>2</sup> Raimundo de Moura Rêgo, nasceu em 1911 na cidade de Matões (MA) e faleceu em 1988 no Rio de Janeiro. Foi bacharel em direito e Funcionário Público Federal.

<sup>3</sup> Leônidas de Castro Melo, nasceu na cidade de Barras (PI). Foi médico, professor da Escola Normal e do Liceu Piauiense e foi Interventor Federal no Piauí.

<sup>4</sup> Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro nasceu em Teresina (PI) em 1927. Formou-se em Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro e foi professor titular da Universidade de São Paulo.

<sup>5</sup> Jesus Castelo Branco. Nasceu em 1926 na cidade de Teresina. Possui curso superior incompleto e é bancário aposentado

A preocupação com a educação e com a estabilidade que ela poderia assegurar era tão evidente, que muitos pais colocavam seus filhos, ainda criança, para estudarem sob a tutela de algum mestre-escola. O interesse sobre a educação também recaía sobre o Estado que passou a estabelecer a escola leiga, gratuita e obrigatória.

Até a segunda metade do século XIX não existia o ensino secundário em Teresina. Está só veio a ser concretizada a partir de 1880, com a criação do Liceu Piauiense e do Colégio Nossa Senhora das Dores e foi impulsionada principalmente pela chegada dos bacharéis que se formavam em Medicina, Direito, Engenharia e Farmácia nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Não obstante, a escola era um espaço de diferenciação entre os gêneros uma vez que existia uma preocupação muito maior com a educação dos meninos do que com a das meninas. Enquanto que para os homens “as lições consistiam de leitura, escrita, às vezes ditado, aritmética elementar e noções de geografia e história do Brasil”<sup>6</sup>, para as mulheres eram atribuídas noções práticas de costura, jardinagem, apontando claramente os espaços que cada um deveriam seguir: à mulher o espaço doméstico e ao homem o espaço público. A escola também se tornou espaço de diferenciação social, onde somente as famílias que tivessem um poder aquisitivo considerável poderiam mandar seus filhos para outras capitais a fim de completarem o ensino superior.

O bacharel no início do século XX assume em grau de importância o lugar que o coronel ocupava no século XIX. Homens da elite, educados no saber científico, formavam-se advogados, médicos e literatos. Eram os bacharéis que se mostravam mais preparados para cuidar da administração pública e para as lides políticas, pois as relações de trabalho da sociedade moderna já não eram pautadas através da força física, puxando o arado ou domando cavalos, e sim através do desempenho intelectual, sabendo administrar a receita pública ou escrevendo obras filosóficas.

A vinda de vários bacharéis recém-formados em outros Estados e a festividade com que eram recebidos incentivou vários jovens a darem continuidade aos estudos. Leônidas de Castro Melo exemplifica nossa percepção. Com 12 anos, Leônidas já trabalhava no comércio do pai, porém a chegada de Arimatéa Tito a cidade, formado

---

<sup>6</sup> RÊGO, Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p.48

recentemente em Direito no Recife, instiga a vontade de concluir os estudos. Arimatea ao torna-se promotor público, passa a morar na cidade e abre uma escola secundarista, onde Leônidas é matriculado, depois de muito persuadir seu pai.

Leônidas distinguiu-se dos demais, por ser um dos alunos com melhor desempenho no colégio. Isso fez com que ele se mudasse para Teresina e aos 13 anos foi matriculado no Colégio 21 de Abril, onde conclui o ensino secundário. Logo em seguida, se muda para Bahia e depois Rio de Janeiro onde conclui o curso de Medicina.

Em tese o papel da educação, principalmente para os homens, estava relacionado à idéia de estabilidade, progresso, sucesso profissional, vida familiar e distinção social. Visava à formação de cidadãos patriotas, menos embrutecidos e mais racionais.

Aos jovens que seguiam o percurso da formação escolar, caberia a tarefa de escriturar esse percurso como um caminho legítimo de subjetivação masculina. Na prática de escriturar novos modelos de masculinidades citadinos, a formação escolar proporcionaria uma forma de projeção social, de subjetivação, para os rapazes como detentores de conhecimentos especiais, que deveriam lhes assegurar bons postos no mercado de trabalho. Da mesma forma propiciaria que se notabilizassem pela relação estreita com o mundo da escrita, pela respeitabilidade social, percebidos como homens cultos, letrados, inteligentes. Homens que estariam aptos e muitas vezes se dedicavam à política, às letras, aos negócios, em síntese, que se projetavam nos espaços públicos, definindo e delimitando esses espaços como de ação masculina. (BRANCO, 2008, p. 106).

Se por um lado percebemos um desejo dos jovens em frequentar o colégio e se tornar bacharéis, por outro lado, verificamos nas autobiografias, casos de desistência de jovens que recusavam dar continuidade nos estudos e voltavam para os comércios ou fazendas dos pais. É o caso de Augusto Rêgo, primo de Raimundo de Moura Rêgo, que bastante ligado a vida no meio rural, desistiu de voltar a Teresina e dedicou-se à um ofício mais prático nas fazendas do seu pai.

A última vaquejada deve ter influenciado Augusto. Na proximidade de nossa volta aos estudos, declarou ao pai que não queria mais estudar. Já sabia ler e escrever alguma coisa além das quatro operações de aritmética, e esse pouco lhe bastava. Não queria ser doutor, nem comerciante, queria ser vaqueiro. O pai lhe desse uma fazenda de gado para dirigir e pronto: poderia economizar o dinheiro do colégio (RÊGO, 1985, p. 116).

Além disso, ainda há casos de resistência de muitos pais em colocar os filhos nas escolas ou mesmo em se preocupar sobre o andamento da vida escolar do aluno, o que pode ser explicado pelo fato de que o pai não via naquela instituição algo que traria retorno em curto prazo e que também poderia se tornar um empecilho na execução de tarefas que exigiam em geral, a força física do filho, quando a família possuía uma fazenda ou algum comércio. Nesse sentido a educação das crianças era obtida na vida cotidiana e nos espaços domésticos, aprendendo a amarrar o cabresto do cavalo, ou carregando caixotes. Mesmo quando os filhos entravam nos colégios, muitos pais faziam questão de manter certo distanciamento das questões escolares.

Numa entrevista feita com Jesus Augusto Castelo Branco, que viveu a sua infância entre o final dos anos 20 e começo dos anos 30, tendo a aprendizagem básica com sua mãe e só aos sete anos começou a frequentar o colégio, relatou que seu pai não fazia muita questão sobre sua vida escolar com a desculpa de que já pagava seus estudos não tendo que ater-se com outras preocupações. “Meu pai botava e pagava, mas não ia saber que nota tirava, nem se estava estudando. Ele não procurava saber nada.”<sup>7</sup>

A necessidade em educar as crianças recaía no desejo de torná-los cidadãos patrióticos e adequados ao ambiente civilizado, tratava em geral, de chamar atenção das crianças sobre as responsabilidades do mundo adulto. Instituíam-se desse modo, durante o processo de modernização, uma nova moral que distinguia a criança bem educada da criança escolar, sendo a primeira voltada para os domínios do lar e o segundo restrito as instituições de ensino. Tanto uma como a outra, eram indispensáveis a criança, que requeria tanto o papel da mãe educadora e do profissional para que se efetivasse a formação de futuros cidadão voltados para a pátria e a família. O grande problema estava na dificuldade que alguns pais tinham de compreender a importância que tais instituições poderiam trazer para os seus filhos. Homens habituados as sociabilidades rurais e/ou mais tradicionais e sem ligação com o mundo da escrita não viam vantagens na aprendizagem escolar.

Mesmo nas cidades, muitos pais tinham dificuldades de entender a importância da escola, nem todos estavam convencidos do valor de educar os filhos. Muitos acreditavam que, após alguns anos de estudo,

---

<sup>7</sup> CASTELO BRANCO, Jesus Augusto. *Depoimento concedido a Elizângela Barbosa Cardoso e Pedro Vilarinho Castelo Branco*. Teresina, 2007. p. 4.

os meninos deveriam ingressar na vida prática, no comércio, ou em alguma atividade de escritório. A prática de encaminhar os filhos ao trabalho ocorria por um misto de dificuldades financeiras, para sustentar o ócio necessário à dedicação aos estudos, e pelo peso da mentalidade já consolidada sobre a maneira de formar os filhos, alicerçada em práticas que apontavam o aprendizado de um ofício e o engajamento no mercado de trabalho, desde tenra idade, como modelo e padrão adequado à sociedade local. Em grande parte o trabalho dos literatos era o de quebrar essa lógica e legitimar outras práticas (BRANCO, 2008, p. 81).

Mesmo com os esforços disciplinadores dos discursos da época, o olho torto de vários pais em relação aos estudos dos filhos ainda era inevitável. Isso explica o grande número de crianças, que na idade entre sete e dez anos conciliava as atividades escolares aos trabalhos em quitandas, lojas e escritórios. Era necessário que ensinassem as crianças um ofício prático, que na maioria das vezes eram exercidos em alguma atividade familiar. Foi o caso de Leônidas Mello que começou a trabalhar na loja dos seus pais aos doze anos<sup>8</sup>, congregando suas atividades práticas a aprendizagem escolar.

Quanto ao fato do estudo desviar o homem das atividades mais práticas, como a relutância em não ajudar no trabalho do pai, Jesus Castelo Branco é claro: “O seu avô Castelo [...] não gostava muito do seu pai porque ele não ajudava, porque ele só queria saber do estudo, não trabalhava com ele na quitanda, não trabalhava com ele, não fazia os mandados. Eu é que fazia tudo, era o cavalo da peia.”<sup>9</sup> O fato do avô Castelo não gostar de um dos seus filhos por que não queria saber de trabalhar, via na educação o principal empecilho. Desse modo, o estudo era considerado um obstáculo por muitos pais, pois desviava as crianças de um ofício mais prático.

Como projeção da educação, o trabalho sendo quase que por excelência uma prática masculina, também passou por modificações importantes exigindo novas atitudes dos homens. Definia-se desse modo a transição de um mundo onde o homem assumia posturas de mando, muito provavelmente em alguma fazenda, para um novo homem que recebia ordens, orientações e executava trabalhos manuais, algo impensável no período anterior, onde homem bem sucedido era aquele que não trabalhava e vivia de exploração dos trabalhos dos outros.

---

<sup>8</sup> MELO, Leônidas. 1976, p.26.

<sup>9</sup> CASTELO BRANCO, Jesus. 2007, p. 15.

A ideia de trabalho vai surgir nesse período associado ao ordenamento social numa relação de troca; a sociedade lhe garantiria segurança, direito, honra e em troca o homem retribuiria através do seu esforço diário com o trabalho. Outro ponto que reforça a noção de trabalho esta vinculada diretamente a ideia de moralidade. A reputação e a moral do indivíduo passavam a ser uma projeção do que ele apresentava ser no trabalho, quanto maior for o seu esforço, a sua dedicação, mais elevada seria a sua moral.<sup>10</sup> Além do que, também deveria ser preservada a moral da família; para lhes garantir alimento e o mínimo de conforto era necessário que o homem trabalhasse, já que dele eram dependentes filhos e esposa. “Conseguir ser o provedor das necessidades econômicas da família torna-se mais importante do que saber dar ordens, mandar”<sup>11</sup>.

Há nesses discursos uma relação estreita entre o mundo do trabalho e da subjetividade masculina, pois o desempenho profissional do homem demarcava seu espaço social, elevava sua auto-estima e exaltava sua masculinidade. Na mesma medida, o trabalho era capaz de eliminar tudo o que fosse de negativo, impreciso no homem. O objetivo fulcral desses discursos era tornar o trabalho em padrão de masculinidade. Era somente através dele que ele conseguiria assumir sua função de pai-provedor e conquistar reconhecimento. Sem trabalho o homem não existia socialmente.

Recém-formado em Medicina no Rio de Janeiro, Leônidas Melo é um exemplo claro de que o trabalho poderia trazer conforto e reconhecimento social.

Até o começo de 1935 minha vida decorria nesse ritmo invariável de trabalho e prosperidade. Eu era um homem tranquilo, benquisto, conceituado, sem preocupações. Tinha uma renda certa mensal, em média de quatro contos de réis, nalguns meses, muito maior. Além da casa residencial e do consultório, tinha dois terrenos, uma na rua da Glória, outra na rua do Amparo. (MELO, 1976, p. 196-197)

O mundo do trabalho exigia homens inteligentes, racionais, competitivos, produtivos e bem relacionados. Dessa maneira, o homem estaria dentro do modelo ideal de masculinidade, em contraposição àqueles que não possuíam ocupação estável. Decerto, essa nova noção de trabalho não ocorreu de maneira pacífica, muitos homens

---

<sup>10</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na época da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 70-71

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento, 2003. p 128.

resistiam a receber imposições de alguém que não fosse as suas e, portanto dificultavam a manutenção da ordem. Habitados a impor normas, muitos homens viam no trabalho uma forma de submissão, um atentado a sua própria autoridade.

Homens como o pai de Bugyja Brito representam as dificuldades em assimilar as exigências do trabalho. Nesse caso, o resultado foi a demissão do emprego de farmacêutico na Farmácia Collect, uma vez que não concordava com as obrigações exigidas pelo co-proprietário.<sup>12</sup>

Somada a idéia de trabalho, emerge a concepção de paternidade que aliada ao projeto modernizador, também passou por modificações significativas. A família nuclear, conjugal e higiênica, tornou-se o símbolo por excelência da modernidade e para que esse objetivo fosse concretizado, era urgentes reformulações nas funções do pai no espaço privado do lar. O que se prescrevia era o fim do autoritarismo do patriarca que se apresentava de maneira agressiva e irracional, a favor de uma relação mais amistosa e presente dos pais com a vida doméstica, especialmente com a mulher e filhos.

A vida deste cidadão ordinário, habitante comum da grande cidade brasileira do século XIX, vai girar em torno dos filhos: vai casar pra ter filhos; trabalhar pra manter os filhos; ser honesto pra dar bom exemplo aos filhos; investir na saúde e educação dos filhos; poupar pelo futuro dos filhos; submeter-se a todo tipo de opressão pelo amor dos filhos; enfim, ser acusado e aceitar a acusação, ser culpabilidade e aceitar a culpa, por todo tipo de mal físico, moral ou emocional que ocorresse aos filhos (FREIRE, 1979, p. 251).

A recodificação da imagem do pai deveu-se, em grande parte, à ações de literatos e higienistas que passaram a dar uma maior atenção aos filhos, vistos como crianças indefesas e que precisavam de maiores atenções e cuidados. Nesse sentido, o homem-pai deveria apresentar-se mais afetuoso e cordial com os filhos, preocupar-se com a vida social do infante, responsabilizando por qualquer incidência que viesse a ocorrer.

Com a diminuição do núcleo familiar e dos agregados que se enleavam ao poder patriarcal, possibilitou uma maior e melhor atenção aos filhos por parte dos pais. As crianças tornaram-se elementos de maiores cuidados: ao invés de brigas e agressões, requeriam dos pais mais diálogos e orientações, em vez da indiferença sobre o dia a dia

<sup>12</sup> BRITO, Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977.



do filho exigia-se maior preocupação e vigilância. Todo esse zelo pautava-se na expectativa em fazer do filho futuros homens e mulheres disciplinados, preparados, úteis a sociedade, engajados em algum emprego satisfatório e que pudessem ser motivo de orgulho para a família e sociedade.<sup>13</sup>

O pai-provedor na medida em que cumpria suas obrigações no âmbito do lar, reforçava o ideário de masculinidade: chefe de família, pai protetor e zeloso, defensor da honra e da moral familiar, assegurado do sustento do lar, respeitado e temido.

Ao analisar relatos autobiográficos verificamos ainda a recorrência dos atos punitivos severos entre pais e filhos, o que é capaz de nos demonstrar em grande medida a relutância de muitos pais em aceitar as novas condições que deveriam ser estabelecidos entre eles. Característica comum na sociedade patriarcal, os castigos físicos ainda prevaleciam na sociedade moderna e eram vistos como uma prática necessária para a manutenção do controle e demonstração da autoridade.

A fim de regular o comportamento prático dos seus filhos, muitos pais faziam uso da violência física como medida punitiva contra desobediências, malcriações, atos de rebeldia ou simplesmente por coisas banais que poderiam acontecer como chegar um pouco depois do horário estabelecido pelo pai ou por algum objeto quebrado em casa. Assim, condutas tradicionais eram bastante comuns em várias famílias, que entendiam o ato violento como forma de expor seu poder e domínio. A recorrência do uso dos castigos físicos pode ser entendida como uma prática cultural legitimada ao longo dos tempos, ou seja, o fato de muitos pais terem sido criados sob o autoritarismo de seus progenitores, acabavam por reproduzir aquilo que eles haviam experienciados.

Foi o caso de Jesus Castelo Branco<sup>14</sup> que ao ser questionado sobre o tratamento das crianças em sua casa, conta que os castigos físicos eram algo corriqueiro na sua infância. “Eu apanhei muito, quando garoto. Apanhei, às vezes, por muita besteira. Apanhei muito, por qualquer coisinha que acontecia. Às vezes uma besteira, por um copo que quebrava.” E procede: “Ele não dava num só, para um não ficar mangando do

---

<sup>13</sup> BRANCO, 2008, p. 145.

outro. Pegava os quatro, apanhava tudo, para um não rir um do outro, para um não ficar mangando do outro, rindo um do outro. A cabeça dele era assim”<sup>15</sup>.

Castigar todos os filhos, mesmo que só um deles tivesse feito travessuras, era forma de aplicar a justiça no lar, já que muito provavelmente eles eram coparticipantes das diabruras do irmão. Esse tipo de punição pode ser entendido como um modo encontrado pelos pais de precaver que os outros filhos repetissem a ação do filho traquino, ou mesmo para evitar zombarias.

Ao lado das punições severas encontramos ainda a forte presença da falta de afetividade dos pais em relação aos seus filhos. A ignorância dos pais impedia-os de ver na amabilidade respeitosa, na aproximação, nos gestos carinhosos, a possibilidade de tornar seus filhos adultos ordeiros, corretos, corajosos e educados. Essa cegueira social era o principal motor para a manutenção das relações amistosas entre pais e filhos.

A trajetória de Leônidas de Castro Mello, que viveu a sua infância em meio a rígidas condutas disciplinares relata o tipo de envolvimento que caracterizava sua relação com seu pai Regino.

No trato com a família, fazia questão de ser obedecido, de ser realmente o chefe. Nisso era exagerado. Nada se resolvia, nada se fazia sem a sua audiência, o seu consentimento. Fomos, pois criados e educados em um regime um tanto patriarcal, de austeridade e disciplina. Sério por natureza, não dizia gracejos a ninguém. No seu dia-a-dia não brincava com filhos e netos, não lhes fazia carinhos, nem mesmo aos de tenra idade (...)No cotidiano era distanciado, sério e silencioso. Nada de intimidade. Não se dirigia aos filhos senão para dar ordens ou repreendê-los. Isso criava em nós complexo de timidez e respeito que nos privava de procura-lo. Nos inibia de lhe falar. Em sua presença estávamos sempre calados e respeitosos. (MELO, 1976, p. 25-26)

Na obra “Rua da Glória”, ainda podemos identificar o distanciamento entre Carlos Augusto e seu pai Raimundo Leão, mais conhecido como Mundico.

“O nosso relacionamento na minha adolescência, o período mais marcante no relacionamento pai e filho, não foi a modo de permitir uma conversação proveitosa e criadora de laços especiais entre nós. Pra mim que sempre fui um grande indagador, crivando de perguntas os membros mais velhos da família – desde as tias avós como Dindá,

---

<sup>15</sup> CASTELO BRANCO, Jesus Augusto. Depoimento concedido a Elizângela Barbosa Cardoso e Pedro Vilarinho Castelo Branco. Teresina, 2007.

Yayá, tia Marocas e os tios – jamais pude fazer o mesmo com meus pais.” (MONTEIRO, 1993, p. 84)

A relação verticalizada entre progenitor e prole, encontrava no distanciamento físico e emocional a sua feição mais lídima. Perpassando pela mesma ideia dos castigos físicos, muitos pais sendo criados em meio a relações sem afeto, sem intimidade, sem diálogos, passavam a reproduzir as mesmas práticas de outrora em relação aos seus filhos. Não era legitimado de acordo com as prescrições dos intelectuais, mas era permissível no fazer cotidiano de várias famílias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz . *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino* (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Editora Catavento, 2003.

BRITO, Antonio Bugyja. *Narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977. CASTELO BRANCO, Jesus Augusto. *Depoimento concedido a Elizângela Barbosa Cardoso e Pedro Vilarinho Castelo Branco*. Teresina, 2007.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *História e Masculinidades: as práticas escriturísticas dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX*. 1ªed. Teresina: EDUFPI, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na época da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREIRE, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho: memórias à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: no tempo dos revoltosos* (1921 – 1934). Rio de Janeiro: [s.n], 1993, v. 3.

RÊGO, Raimundo de Moura. *As mamoranas estão florindo*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.